

## Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A.

CNPJ 01.704.513/0001-46



## Relatório da Administração

Prezados Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. ("Companhia") relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648, emitida em 12/11/2021, e alterações posteriores.

## 1. Principais informações financeiras:

(R\$ milhões)	2023	2022	Δ
Prêmios emitidos	629,7	634,6	-0,8%
Variações das provisões técnicas de prêmios	-5,0	8,4	NA
Prêmios ganhos	638,4	657,5	-2,9%
Sinistros ocorridos	-349,5	-347,8	-0,5%
Resultado com operações de resseguro	3,7	35,9	-89,6%
Receitas de contribuições e prêmios de VGBL	77,2	82,6	-6,5%
Rendas com taxa de gestão e outras taxas	65,9	62,9	4,8%
Variações de outras provisões técnicas	-79,5	-154,0	48,4%
Despesas administrativas	-124,9	-125,1	-0,1%
Resultado financeiro	115,5	82,9	39,2%
Resultado antes dos impostos e participações	109,3	39,4	177,3%
<b>Lucro/prejuízo líquido</b>	<b>72,9</b>	<b>-51,4</b>	<b>NA</b>

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(em milhares de reais)

Notas	2023	2022	Notas	2023 (Reclassificado)	2022
<b>Ativo</b>			<b>Passivo</b>		
<b>Ativo circulante</b>	<b>11.675.202</b>	<b>10.593.775</b>	<b>Passivo circulante</b>	<b>1.973.391</b>	<b>2.063.916</b>
Disponível	20.070	8.843	Contas a pagar	48.297	33.195
Caixa e bancos	20.070	8.843	Obrigações a pagar	12,1	12,091
Aplicações	5	11.360.523	10.319.867	12,1	12,091
Créditos das operações com seguros e resseguros	184.717	163.044	Impostos e encargos sociais a recolher	7,223	7,223
Prêmios a receber	6	177.296	154.351	5,685	5,685
Operações com seguradoras	4	4	Impostos e contribuições	1,720	503
Operações com resseguradoras	7,1	7,417	8.689	12,2	22,001
Créditos das operações com previdência complementar	2,134	2,840	Outras contas a pagar	11,837	11,837
Valores a receber	2,134	2,840	Débitos de operações com seguros e resseguros	76,635	65,437
Outros créditos operacionais	7	7	Prêmios a restituir	720	497
Ativos de resseguro e retrocessão	7,2	25,662	25,736	33	33
Títulos e créditos a receber	34,211	35,506	Operações com seguradoras	7,1	11,426
Títulos e créditos a receber	24,003	27,947	Operações com resseguradoras	13	33,792
Créditos tributários e previdenciários	8,1	4,397	3,833	15,1	27,626
Assistência financeira a participantes	4,220	2,103	Outros débitos operacionais	30,664	25,087
Outros créditos	1,591	1,623	Débitos de operações com previdência complementar	14,746	22,577
Despesas antecipadas	3,086	1,560	Débitos de resseguros	322	374
Custos de aquisição diferidos	9	44,799	36,372	14,424	22,203
Seguros	41,529	33,932	Depósitos de terceiros	14	37,774
Previdência	3,270	2,440	34,050	1,100,217	1,214,796
Ativo não circulante	778,996	903,460	Provisões técnicas - seguros	15,1	962
Realizável a longo prazo	719,124	844,414	Danos	15,1	258,477
Aplicações	5	376,904	377,662	15,1	27,717
Créditos das operações com seguros e resseguros	733	520	260,649	15,1	768,061
Prêmios a receber	6	712	520	15,1	690,549
Operações com resseguradoras	7,1	21	685,093	15,1	690,549
Ativos de resseguro e retrocessão	7,2	12,311	3,544	15,1	205,074
Títulos e créditos a receber	289,186	413,451	15,1	485,475	505,943
Créditos tributários e previdenciários	8,1	151,893	194,130	15,1	5,173
Depósitos judiciais e fiscais	18,1	128,802	215,205	18,2	4,740
Assistência financeira a participantes	5,759	2,284	4,483	10	433
Outros créditos operacionais	17,1	2,732	1,832	10	123
Outros valores e bens	10	511	10,133	10	123
Custos de aquisição diferidos	9	39,479	39,104	19,1	878,351
Seguros	32,806	33,547	8,768	19,1	878,351
Previdência	6,673	5,557	28,803	19,1	878,351
Imobilizado	3,189	2,275	26,836	19,1	878,351
Bens móveis	649	1,866	1,967	19,1	878,351
Outras imobilizações	2,540	409	99	19,1	878,351
Intangível	11	56,683	56,771	19,1	878,351
Outros intangíveis	56,683	56,771	99	19,1	878,351
<b>Total do ativo</b>	<b>12.454.198</b>	<b>11.497.235</b>	<b>Total do passivo</b>	<b>12.454.198</b>	<b>11.497.235</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(em milhares de reais)

Descrição	2023	2022
<b>Atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido/Prejuízo do exercício</b>	<b>72.919</b>	<b>(51.397)</b>
<b>Ajustes para:</b>		
Depreciação e amortizações	19.463	13.675
Perda (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	(10.587)	11.483
Outros ajustes	(10.838)	3.619
<b>Varição nas contas patrimoniais:</b>		
Ativos financeiros	(984.650)	(923.019)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(10.011)	(29.203)
Créditos das operações de previdência complementar	(278)	(325)
Ativos de resseguro	(8.693)	(8.255)
Créditos fiscais e previdenciários	26.706	58.919
Depósitos judiciais e fiscais	821	4.841
Despesas antecipadas	(1.526)	(308)
Custos de aquisição diferidos	(8.802)	(4.447)
Outros ativos	(2.607)	(13.926)
Outras contas a pagar	28.131	15.677
Débitos de operações com seguros e resseguros	11.064	6.857
Débitos de operações com previdência complementar	(7.831)	4.020
Depósitos de terceiros	3.724	(2.577)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	728.106	579.526
Provisões técnicas - previdência complementar	203.169	388.223
Provisões judiciais	(2.779)	(20.996)
Outros passivos	(10.103)	1.736
<b>Caixa gerado pelas operações</b>	<b>35.398</b>	<b>34.123</b>
Juros pagos	(452)	(1.313)
Imposto sobre o lucro pagos	(4.749)	(11.133)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>30.197</b>	<b>21.677</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
<b>Pagamento pela compra:</b>		
Imobilizado	(77)	(956)
Intangível	(15.008)	(26.436)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>	<b>(15.085)</b>	<b>(27.392)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Outros	(3.885)	(3.517)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento</b>	<b>(3.885)</b>	<b>(3.517)</b>
<b>Aumento / (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>11.227</b>	<b>(9.232)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>8.843</b>	<b>18.075</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>20.070</b>	<b>8.843</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

**1. Contexto operacional: A SUL AMÉRICA SEGUROS DE PESSOAS E PREVIDÊNCIA S.A.**, denominada Companhia, é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Passeio, nº 42, 6º pavimento, no bairro Centro, autorizada a operar em todo o território nacional pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) com seguros de pessoas e planos de previdência privada aberta, e tem como controladora direta a Sul América Companhia de Seguro Saúde (CIA. SAÚDE), que possui 100% de participação. A CIA. SAÚDE tem como controladora indireta a Rede D'Or São Luiz S.A. (Rede D'Or), com 47,26% de participação direta e 52,74% de participação indireta através de outras controladas. A Rede D'Or é uma companhia de capital aberto e divulgará, em 26/03/2024, no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas

**2. Comentário sobre o desempenho:** Em 2023, a receita com prêmios ganhos atingiu R\$638,4 milhões, 2,9% abaixo na comparação com 2022, refletindo principalmente a dinâmica de relativa estabilidade em prêmios emitidos. Os sinistros ocorridos também permaneceram praticamente estáveis, com redução de 0,5% em comparação ao período anterior. As receitas de contribuições e prêmios de VGBL alcançaram R\$772 milhões no ano, 6,5% abaixo em relação a 2022. Em contrapartida, a receita de rendas com taxa de gestão e outras taxas apresentou aumento de 4,8% em relação ao exercício anterior. O resultado financeiro atingiu R\$115,5 milhões no ano, crescimento de 39,2% na comparação com 2022. Em 2023, a Companhia atingiu lucro líquido de R\$72,9 milhões, revertendo o resultado negativo apresentado no ano anterior, refletindo um melhor resultado antes de impostos, que acompanhou a melhora no resultado financeiro e na linha de variações de outras provisões técnicas. **3. Reorganizações societárias:** A Companhia não passou por reorganizações societárias no exercício de 2023. **4. Investimentos:** A Companhia não possui investimentos diretos ou indiretos em sociedades coligadas e controladas. **5. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento":** Os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, que são reconhecidos no resultado. **6. Acordo de acionistas:** A Companhia não é parte de acordo de acionistas.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2024.

A ADMINISTRAÇÃO.

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Notas	2023	2022
<b>Prêmios emitidos</b>	<b>629.703</b>	<b>634.596</b>
<b>Contribuição para cobertura de riscos</b>	<b>13.638</b>	<b>14.491</b>
<b>Variações das provisões técnicas de prêmios</b>	<b>(4.974)</b>	<b>8.441</b>
<b>Prêmios ganhos</b>	<b>638.367</b>	<b>657.528</b>
<b>Sinistros ocorridos</b>	<b>(349.487)</b>	<b>(347.786)</b>
<b>Custos de aquisição</b>	<b>(166.749)</b>	<b>(170.634)</b>
<b>Outras receitas e despesas operacionais</b>	<b>(18.202)</b>	<b>(43.432)</b>
<b>Resultado com operações de resseguro</b>	<b>3.718</b>	<b>35.921</b>
Receita com resseguro	29.620	53.133
Despesa com resseguro	(25.912)	(17.210)
(+/-) Outros resultados com resseguro	10	(2)
<b>Rendas de contribuições e prêmios</b>	<b>731.978</b>	<b>725.738</b>
<b>Constituição da provisão de benefícios a conceder</b>	<b>(654.749)</b>	<b>(643.096)</b>
<b>Receitas de contribuições e prêmios de VGBL</b>	<b>77.229</b>	<b>82.642</b>
<b>Rendas com taxas de gestão e outras taxas</b>	<b>65.933</b>	<b>62.888</b>
<b>Variações de outras provisões técnicas</b>	<b>(79.517)</b>	<b>(154.011)</b>
<b>Custos de aquisição</b>	<b>(24.838)</b>	<b>(22.305)</b>
<b>Outras receitas e despesas operacionais</b>	<b>(4.937)</b>	<b>(7.10)</b>
<b>Resultado com operações de resseguro</b>	<b>(630)</b>	<b>(458)</b>
Despesa com resseguro	(630)	(458)
<b>Despesas administrativas</b>	<b>(124.888)</b>	<b>(125.056)</b>
<b>Despesas com tributos</b>	<b>(20.294)</b>	<b>(18.087)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>115.459</b>	<b>82.933</b>
<b>Resultado operacional</b>	<b>111.163</b>	<b>39.433</b>
<b>Ganhos e perdas com ativos não correntes</b>	<b>(1.882)</b>	<b>(22)</b>
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>	<b>109.282</b>	<b>39.411</b>
Imposto de renda	(19.793)	(50.381)
Contribuição social	(10.758)	(34.236)
Participações sobre o resultado	(5.812)	(6.191)
<b>Lucro líquido/Prejuízo do exercício</b>	<b>79.919</b>	<b>(51.397)</b>
<b>Quantidade de ações</b>	<b>101.194.810</b>	<b>101.194.810</b>
<b>Lucro líquido/Prejuízo por ação em R\$</b>	<b>0,72</b>	<b>(0,51)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(em milhares de reais)

Notas	2023	2022
<b>Lucro líquido/Prejuízo do exercício</b>	<b>72.919</b>	<b>(51.397)</b>
<b>Itens que não serão reclassificados para o resultado:</b>		
Perdas atuariais, líquidas de ganhos, não realizadas com plano de pensão de benefício definido	21	(13)
Efeitos fiscais	21	5
<b>Itens que poderão ser reclassificados para o resultado:</b>		
Ganhos / (perdas) não realizados com ativos financeiros disponíveis para venda	21	55.249
Efeitos fiscais	21	(22.100)
<b>Componentes do resultado abrangente</b>	<b>33.141</b>	<b>(17.776)</b>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>106.060</b>	<b>(69.173)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Descrição	Aumento de capital em títulos e valores mobiliários	Ajustes de valores mobiliários	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
<b>Capital social</b>	<b>828.351</b>	<b>50.000</b>	<b>(29.692)</b>	<b>(58.083)</b>
<b>Saldo em 01/01/2022</b>	<b>828.351</b>	<b>50.000</b>	<b>(29.692)</b>	<b>(58.083)</b>
Aprovação de aumento de capital conforme Portaria Susep nº 704 aprovada no dia 27/04/2022	50.000	(50.000)	-	-
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>72.919</b>	<b>(51.397)</b>	<b>(51.397)</b>	<b>(51.397)</b>
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b>(17.776)</b>	<b>(109.480)</b>	<b>721.403</b>	<b>721.403</b>
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>878.351</b>	<b>(47.468)</b>	<b>(109.480)</b>	<b>721.403</b>
<b>Saldo em 01/01/2023</b>	<b>878.351</b>	<b>(47.468)</b>	<b>(109.480)</b>	<b>721.403</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>11.227</b>	<b>(9.232)</b>	<b>33.141</b>	<b>33.141</b>
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b>(14.327)</b>	<b>(36.561)</b>	<b>827.463</b>	<b>827.463</b>
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>878.351</b>	<b>(14.327)</b>	<b>(36.561)</b>	<b>827.463</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ao exercício findo em 31/12/2023, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** 2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648 e alterações posteriores, emitida em 12/11/2021. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração manifestou-se favoravelmente a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 27/02/2024. 2.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Instrumentos financeiros derivativos; • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 5); e • Instrumentos financeiros disponíveis para venda (nota 5). 2.3. Moeda funcional e de apresentação: Nas demonstrações, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. 3.1. Resumo das práticas contábeis: As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: **3.1.1. Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera: • Prêmios de seguros e coberturas de risco de previdência reconhecidos pelo período de vigência das apólices. Prêmios de seguros, relativos a riscos vigentes cuja apólice ainda não foram emitidas, reconhecidos com base em estimativas atuariais que levam em consideração a experiência histórica do atraso de emissão; • Contribuições para planos de previdência e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) reconhecidas quando ocorre o efetivo recebimento. Os direitos dos participantes dos referidos planos estão refletidos mediante constituição de provisões técnicas em contrapartida no resultado do período; • Comissões de seguro e agenciamentos de seguros, registrados como custos de aquisição diferidos amortizados com base no prazo de vigência dos contratos de seguros (majoritariamente 12 meses) exceto os agenciamentos referentes aos produtos de previdência que são amortizados pelo prazo médio de permanência dos segurados na carteira (60 meses). Esses custos de aquisição são inicialmente contabilizados na rubrica "Custos de aquisição diferidos" no ativo circulante e não circulante e amortizados no resultado do período na rubrica "Custos de aquisição"; e • Sinistros compreendendo as indenizações e despesas estimadas a incorrer com a regulação dos sinistros, tanto aquelas diretamente alocáveis individualmente (*Allocated Loss*

*Adjustment Expenses* - ALAE). **3.1.2. Balanço patrimonial:** • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente; • Os ativos e passivos sujeitos a atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contrato; e • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. 3.2. Instrumentos financeiros: Os ativos financeiros são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir:

continuação

### Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. | CNPJ 01.704.513/0001-46

A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, anualmente. As perdas por redução do valor recuperável para os ativos intangíveis de vida útil definida, quando aplicável, são registradas na rubrica "Resultado patrimonial", no resultado do exercício. Não há ativos não financeiros com perdas de valor recuperável em 31 de dezembro de 2023 e 2022, e não houve registro de perdas nos resultados dos respectivos exercícios. 3.5. **Intangíveis:** 3.5.1. **Intangíveis de vida útil definida:** Os ativos intangíveis com vida útil definida são registrados inicialmente pelo custo. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da sua vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. A Companhia adota o método linear na amortização de seus ativos com vida útil definida. O período e o método de amortização para os ativos intangíveis são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na rubrica "Despesas administrativas", no resultado. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil residual do ativo, líquido da perda ao valor recuperável, sendo reconhecidos no resultado patrimonial, no momento da baixa do ativo. 3.6. **Arrendamento:** Os ativos de direito de uso são reconhecidos inicialmente na rubrica "Outros valores e bens"; no ativo não circulante, em contrapartida a um passivo de arrendamento representado pelas obrigações totais a pagar do contrato, descontadas a valor presente, reconhecidas na rubrica "Débitos diversos" no circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de liquidação das obrigações. Adicionalmente, o resultado do exercício é impactado de forma linear, pela depreciação dos ativos de arrendamento de acordo com vigência dos contratos, reconhecidos nas despesas administrativas, e pela atualização das obrigações a pagar com os juros incorridos nos períodos divulgados, reconhecidas no resultado financeiro. Os arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor podem ser reconhecidos diretamente no resultado, conforme isenções permitidas no CPC 06 (R2). 3.7. **Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras, levando-se em consideração o período em que ocorrerá a realização dos alíquotas créditos tributários na eventualidade de alterações nas alíquotas nominais dos tributos incidentes sobre a renda. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos a serem registrados em contas de ativo desta entidade legal está escorado em estudos de rentabilidade futura, aprovados e validados por parte da Administração da Companhia para um horizonte compreendido dentro de um interstício temporal de 5 anos. Os créditos tributários para os quais, segundo a avaliação da Administração da Companhia, não comportam realização dentro do interstício temporal, abrangido pelo referido estudo, serão acompanhados de provisão para perdas em sua integralidade. 3.8. **Provisões técnicas de contratos de seguros, resseguros e previdência:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela SUSEP, conforme a seguir: 3.8.1. **Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG):** Para os contratos de cobertura de risco de previdência e seguros de pessoas, a PPNG é constituída pelo método pro rata die, tendo como base os prêmios ou contribuições comerciais, multiplicados pelo período de vigência a decorrer e divididos pelo prazo total de vigência do risco. 3.8.2. **Provisão para Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE):** Para os contratos de cobertura de risco de previdência e seguros de pessoas, a PPNG-RVNE é constituída para apurar a parcela de prêmios ainda não ganhos, relativa às apólices ainda não emitidas, cujos riscos já estão vigentes. A provisão é calculada a partir de um fator esperado de atraso, determinado trimestralmente em função do prêmio mensal emitido. 3.8.3. **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL):** **Processos administrativos:** A PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros já avisados até a data-base das demonstrações financeiras, compreendendo o valor dos sinistros avisados. Após calculada a PSL em bases individuais, por sinistro avisado, é registrado um valor adicional calculado com base na estimativa total de sinistros, metodologia conhecida como IBNR (*Incurred But Not Paid*). Os montantes são trazidos a valor presente por uma taxa de desconto. Depois de apurado, o valor do ajuste é classificado proporcionalmente, parte como PSL e parte como Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (*Incurred But Not Reported - IBNR*). O IBNR é calculado conforme descrito na nota 3.8.4. **Processos judiciais:** As provisões de sinistros a liquidar relacionadas a processos judiciais são estimadas e contabilizadas com base na opinião do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração, considerando a respectiva estimativa de perda. No caso de processos judiciais de massa, a provisão de sinistros a liquidar leva em consideração fatores calculados por probabilidade de perda, a partir da relação dos valores despendidos com processos encerrados nos últimos meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. Para os processos judiciais de características singulares e relevantes, a PSL Judicial corresponde a 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais de perda para os casos com probabilidade de perda provável. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e juros de 10,65% ao ano (10,58% em 31/12/2022), baseado no histórico de pagamentos de juros observados. As provisões e os honorários de sucumbência referentes às causas de natureza cível relacionadas às indenizações contratuais de sinistros estão contabilizadas na rubrica "Provisões técnicas - seguros", no passivo circulante e no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante, e podem ser atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) ou pela Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e juros de 6% ao ano, conforme legislação vigente. 3.8.4. **Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR):** **Processos administrativos:** A IBNR é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base das demonstrações financeiras. Para o ramo de seguro de pessoas, exceto para os contratos de benefícios de risco de previdência complementar, é constituída com base na estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não avisados. A IBNR é calculada a partir de métodos estatístico-atuariais conhecidos como triângulos de *run-off*, que consideram o desenvolvimento mensal histórico dos avisos de sinistros para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. O desenvolvimento é apurado por montante de sinistros, sendo observado um histórico de 140 meses. Ao montante calculado, é registrado um valor adicional, podendo ser positivo ou negativo, referente à estimativa de desenvolvimento dos sinistros após o aviso com base na metodologia conhecida como IBNR, que considera a estimativa total de sinistros obtida por métodos estatístico-atuariais similares ao IBNR. Para os contratos de benefícios de risco de previdência complementar, a IBNR é calculada por um percentual de atraso médio entre a ocorrência e o aviso dos sinistros. **Processos judiciais:** A IBNR referente às demandas judiciais é constituída para dar cobertura aos sinistros ocorridos e ainda não citados que, com base na experiência histórica, geram desembolsos financeiros na esfera judicial. A provisão independe do fato desses sinistros terem sido negados com embasamento técnico pelas controladas, ou ainda, não terem sido avisados em função do segurado ou terceiro ter decidido entrar diretamente na justiça sem antes pleitear a indenização junto à Companhia. Para os ramos de pessoas a provisão de IBNR judicial é calculada com base no método conhecido como triângulos de *run-off*, considerando o desenvolvimento semestral histórico das citações dos sinistros judiciais para estabelecer uma projeção futura para cada período de ocorrência. Tal desenvolvimento é realizado por quantidade de sinistros, sendo posteriormente multiplicado pelo valor médio de sinistro. 3.8.5. **Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC):** A PMBAC é relativa aos contratos de previdência complementar e seguros de vida com cobertura por sobrevivência, abrangendo os compromissos assumidos com os participantes/segurados enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício. A PMBAC é calculada com base nas movimentações financeiras de cada participante. A alocação contábil no passivo circulante e não circulante tem como base um fluxo de caixa projetado realista de desenvolvimento da PMBAC, que considera premissas atuariais, tais como tábua de sobrevivência, taxas de cancelamento e idade de entrada em aposentadoria ou baseado na experiência histórica observada nos últimos anos para as baixas das reservas. 3.8.6. **Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC):** A PMBC é relativa aos contratos de previdência complementar e seguros de vida com cobertura por sobrevivência e corresponde ao valor dos benefícios cujo evento gerador tenha ocorrido e tenha sido avisado. A alocação contábil do passivo circulante tem como base a projeção de benefícios a pagar para até 12 meses, sendo o restante considerado não circulante, calculada com base na expectativa de benefícios futuros, descontada pela taxa de juros dos contratos para a data-base das demonstrações financeiras e estimada a partir das garantias contratadas de tábua de sobrevivência. 3.8.7. **Provisão para Despesas Relacionadas (PDR):** A PDR é constituída mensalmente para a cobertura de despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios, abrangendo as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro (ALAE). Para os planos estruturados no regime financeiro de capitalização, a PDR cobre despesas decorrentes de pagamento de benefícios futuros em função de eventos ocorridos e a ocorrer para os contratos de previdência complementar. O cálculo da PDR consiste em projetar o fluxo de pagamentos esperados, descontado para a data-base das demonstrações financeiras, incluindo premissas de persistência média dos participantes na carteira, utilização da tábua de sobrevivência BR-EMS 2021 e de entrada em fase de concessão de benefícios. Para os planos estruturados no regime financeiro de reparação simples e reparação de capitais de cobertura, a PDR abrange as despesas relativas somente aos sinistros ocorridos, tendo em vista que a parcela referente aos sinistros a ocorrer já estão contempladas na PPNG. 3.9. **Teste de Adequação de Passivos (Liability Adequacy Test - LAT):** A adequação dos passivos registrados em cada data de divulgação das demonstrações financeiras é avaliada através de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros. Estas estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, brutas de resseguro. Os fluxos de caixa dos prêmios e contribuições futuras são segregados dos fluxos de caixa relacionados a prêmios e contribuições registradas, não havendo compensação, no resultado do teste, entre os dois fluxos. O resultado do teste é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e o saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis, quando aplicável, diretamente ligados às provisões

técnicas. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação são consideradas nas premissas. O resultado mensal do fluxo de caixa realista é trazido a valor presente com base na Estrutura a Termo de Taxa de Juros (ETTJ) livre de risco. Para os contratos de previdência, a estimativa de sobrevivência utilizada é a tábua de sobrevivência BR-EMS 2021 e para as estimativas de conversão em renda vitalícia, cancelamento e resgate foram utilizados dados de até 5 anos de experiência da Companhia e realizados estudos atuariais específicos. Os fluxos dos passivos levam em consideração a tábua e a taxa de juros contratada pelo participante. Os produtos avaliados no LAT possuem tábuas contratuais AT-49, AT-83, AT 2000 e BR-EMS, e as taxas de juros contratadas podem variar de 0% a 6% para os produtos tradicionais e 0% a 5% para os produtos Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) e Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL) que podem prever excedentes financeiros na fase de concessão. Os fluxos de caixa referentes à PMBAC e PMBC relacionados a contribuições registradas, são descontados a valor presente com base na ETTJ, e deduzidos da diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos garantidores das provisões técnicas, classificados como mantidos até o vencimento (as taxas contratadas dos ativos garantidores referentes às provisões matemáticas de previdência variam de 3,27% a 8,68%). Destacamos ainda que eventuais déficits na PMBAC e PMBC não são compensados. O resultado do LAT demonstrou uma necessidade de constituição em 31/12/2023, de Provisão Complementar de Cobertura (PCC) de R\$126.276 (R\$150.920 em 2022), referente a PMBC. Alguns contratos de seguro de vida a longo prazo com a figura de estipulante e sem reenquadramento de prêmios por faixa etária atingida, para fins de apuração do LAT, são agrupados com os contratos de seguro de pessoas e previdência, e por esse motivo não há necessidade de constituição da PCC. Para as demais operações de seguros, também é realizado o teste de adequação de passivos, que aponta a adequação das provisões e, portanto, não há necessidade de constituição da PCC. 3.10. **Provisões para ações judiciais:** A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis, trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelos consultores legais independentes, acompanhada pelo Departamento Jurídico interno e pela Administração da Companhia. 3.10.1. **Cíveis e trabalhistas:** No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cujo pedido é recorrente e relacionado ao negócio, adicionalmente à estimativa do valor e classificação do grau de risco, os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda e o desembolso financeiro. Caso o processo judicial cível seja classificado como especial, ou seja, possuir pedidos e valores não usuais de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Especiais da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais. Ressalta-se que, dada a individualidade e particularidade destas ações, não é possível basear as provisões nos valores já despendidos em outros casos. Todos os processos trabalhistas são classificados como especiais em razão da realização de acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo, portanto, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais, por pedido. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais. Os processos cíveis são atualizados mensalmente pelo IPCA, com incidência de juros de 10,65% ao ano (10,58% em 2022). Já os processos trabalhistas são atualizados considerando o índice de correção monetária individualizado por processo, de acordo com as regras de modulação estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Neste caso, os processos podem ser atualizados apenas pela SELIC, ou pelos índices IPCA-E, INPC ou TR, com incidência de juros 10,65% ao ano (10,58% em 2022). Os processos previdenciários, por sua vez, são atualizados apenas pela SELIC. As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza cível não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros, assim como as trabalhistas, estão contabilizados no passivo circulante e não circulante na rubrica "Provisões judiciais". Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, em rubrica própria, e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, e pela taxa SELIC para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente. 3.10.2. **Fiscais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas com tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, que estejam sendo discutidas na esfera judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente, conforme disposto pela legislação de regência do Tributo em disputa. Provisões são contabilizadas com base nas opiniões dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais. Nestes termos, provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado, sendo assim passível de reconhecimento contábil dentro das demonstrações financeiras, sob a rubrica "Provisões judiciais", no passivo circulante e não circulante. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são contabilizados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica "Obrigações a pagar", no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados em rubrica própria, no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente, mormente, com base na variação da taxa SELIC, em conformidade com a legislação vigente. 3.11. **Benefícios pós-emprego:** Os benefícios compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do PGBL, seguro saúde e seguro de vida. Os custos com o PGBL são reconhecidos nos resultados pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com seguro saúde e seguro de vida são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos atuariais, de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada e outras premissas atuariais. 3.12. **Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. A Diretoria, ao apreciar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pela Diretoria é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. 3.13. **Contratos de seguro:** O CPC 11 define as características que um contrato deve atender para ser definido como um "contrato de seguro". A Administração analisou seus negócios para determinar quais de suas operações caracterizam-se como "contrato de seguro". Nessa análise, foram considerados os preceitos contidos no CPC 11. 3.14. **Estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas aprovadas pela SUSEP, que incluem normas emitidas pelo CPC, requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados a sinistros, provisões técnicas, ao prazo de diferimento de certos custos de aquisição, à probabilidade de êxito nas ações judiciais e ao valor do desembolso provável refletido na provisão para ações judiciais, e da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do exercício em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Valor justo das aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado e disponíveis para a venda (nota 5); • Movimentação de créditos e débitos tributários (nota 8.3); • Movimentação dos custos de aquisição diferidos (nota 9); • Provisão de Sinistros a Liquidar, IBNR e PCC (nota 15); e • Ações judiciais e obrigações fiscais (nota 18). 3.15. **Ativos e passivos sem vencimento:** A classificação entre circulante e não circulante para os ativos e passivos que não possuem vencimento é feita de acordo com a natureza e especificidade da operação. Entre as mais relevantes, as ações judiciais e depósitos judiciais têm a classificação determinada com base na evolução histórica de processos judiciais e os correspondentes depósitos judiciais que fazem ou fizeram parte da carteira de processos da Companhia. Para as provisões técnicas atuariais que não guardam relação com prazo de vencimento, a Companhia determina a segregação entre circulante e não circulante de acordo com a frequência histórica. No caso de contas como "Depósitos de terceiros", devido à natureza e ao giro da operação, a

A tabela a seguir apresenta a distribuição regional destas receitas:

Ramos	2023					2022						
	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sul	Total	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sul	Total
Vida em grupo	65,29%	1,31%	8,09%	5,87%	19,44%	100,00%	66,01%	1,49%	7,65%	5,34%	19,51%	100,00%
Pessoas demais (a)	46,47%	1,51%	6,19%	5,76%	40,07%	100,00%	42,32%	1,31%	4,92%	6,47%	44,98%	100,00%
Previdência	69,74%	2,03%	11,56%	6,19%	10,48%	100,00%	70,33%	1,40%	11,40%	6,30%	10,57%	100,00%
Outros (b)	65,03%	2,11%	11,79%	3,98%	17,09%	100,00%	64,79%	1,75%	11,62%	4,32%	17,52%	100,00%

(a) Refere-se aos ramos conforme elencados na Circular SUSEP nº 395 de 3 de dezembro de 2009, que representam 16,83% (18,14% em 2022) do total de prêmios da Companhia; e (b) Refere-se aos ramos de seguro de vida individual e auxílio funeral. 4.2. **Riscos de subscrição:** Os riscos de subscrição são oriundos de desvios nas premissas adotadas e descritas na precificação ou na constituição das provisões técnicas. Os produtos de Vida e Previdência têm seus riscos de precificação e provisão associados às expectativas de mortalidade/sobrevivência dos participantes dos planos no momento da contratação. Além dos riscos de precificação mencionados acima, existe o risco de inadequação das provisões técnicas constituídas. A Companhia possui testes de consistência periódicos para avaliação da assertividade das provisões constituídas e das metodologias empregadas nos cálculos. 4.2.1. **Risco de precificação:** Atualmente a Companhia possui modelos atuariais específicos de precificação para cada um de seus produtos, permitindo acurácia na determinação dos preços frente aos compromissos contratuais esperados e despesas empregadas na comercialização e gestão

Companhia classifica todo o montante no circulante. 3.16. **Normas e interpretações novas e revisadas:** 3.16.1. **Normas Internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):** **Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeitos ou os efeitos não foram materiais sobre as demonstrações financeiras:** • Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao IAS 1) – Em vigor a partir de 01/01/2023; • Políticas contábeis, mudanças nas estimativas contábeis e erros (alterações ao IAS 8) – Em vigor a partir de 01/01/2023; • Divulgação de políticas contábeis e apresentação das demonstrações financeiras (alterações ao IAS 1) – Em vigor a partir de 01/01/2023; e • Tributos diferidos relacionados a ativos e passivos (alterações ao IAS 12) – Em vigor a partir de 01/01/2023. **Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2023 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia:** Espera-se que a seguinte norma possa ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial: • CPC 50 (IFRS 17) – Contratos de seguros – Em vigor a partir de 01/01/2023, mas com sua aprovação pendente por parte da SUSEP. Portanto, não há previsão de data de adoção de tal normativo pelas empresas reguladas por tal autarquia; e • Alterações ao IAS 1 – Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante – Em vigor a partir de 01/01/2024, alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. O CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS, assim como a SUSEP, não aprovou todos os pronunciamentos já emitidos pelo CPC. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para empresas supervisionadas pela SUSEP. 3.16.2. **Superintendência de Seguros Privados (SUSEP):** A Circular SUSEP nº 678/2022, que altera a Circular SUSEP nº 648/2021, foi emitida pela SUSEP em 10/10/2022, com início de vigência em 01/01/2024, recepciona o CPC 48 - Instrumentos Financeiros e traz mudanças importantes no Teste de Adequação de Passivos (*Liability Adequacy Test - LAT*), trazendo impactos na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), em virtude das mudanças. • CPC 48 Instrumentos Financeiros: O CPC 48 - Instrumentos Financeiros, substituiu as orientações existentes no CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, e passou a vigorar para os períodos de divulgação anual iniciados em (ou após) 01/01/2018, sendo recepcionado pelo órgão regulador através da Circular SUSEP nº 678/2022, apenas a partir de 01/01/2024. De acordo com o CPC 48, a classificação dos ativos financeiros deve ser realizada através de uma análise conjunta das características de fluxos de caixa contratuais e do respectivo modelo de negócios para a gestão desses ativos. O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, elimina as antigas categorias do CPC 38, para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. As três categorias para classificação dos ativos financeiros são: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR); (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao custo amortizado. Os ativos financeiros com fluxos de caixa contratual formados exclusivamente por principal mais juros, tem a sua classificação vinculada aos objetivos dos modelos de negócios para a gestão desses ativos, conforme quadro a seguir:

Modelo de Negócios	Classificação	Reflexo
Recebimento de fluxos de caixa contratuais.	Mensurado subsequentemente a custo amortizado.	Juros conforme a curva do ativo resultado do exercício.
Recebimento de fluxos de caixa contratuais ou negociação.	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes.	Juros conforme a curva do ativo; resultado do exercício. Diferença entre o valor justo e o preço do ativo na curva: patrimônio líquido.
Nenhum dos anteriores.	Valor justo por meio do resultado.	Variações no valor justo diretamente do resultado do exercício.

A recepção pela SUSEP, do CPC 48 através da Circular SUSEP nº 678/2022, impactará a mensuração e a classificação dos ativos financeiros, em virtude da análise conjunta dos fluxos de caixa contratuais e o modelo de negócios para a gestão desses ativos e em função das novas regras de apuração da provisão de *impairment* de ativos financeiros baseada na perda de crédito esperada ao invés de perda incorrida, ressaltando que embora o CPC 48 não seja aplicável a recebíveis de seguro e resseguro, a SUSEP determinou a sua aplicação a tais recebíveis. • Provisão Complementar de Cobertura (PCC): A partir de 01/01/2024, a adoção da Circular SUSEP nº 678/2022, produzirá efeitos na Companhia, uma vez que do valor apurado de PCC não será mais deduzida a parcela correspondente à diferença entre o valor justo e o valor do registro contábil, "mais valia", na data-base, dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas, registrados contabilmente no seu ativo na categoria anteriormente denominada "mantido até o vencimento". Além disso, o valor de PCC passará a ser apurado por grupos de contratos, podendo ou não serem compensados, de acordo com a política contábil da Companhia. Por último, a Companhia terá a opção de contabilizar o efeito da mudança da taxa de desconto no resultado ou em outros resultados abrangentes. Ao avaliar os possíveis efeitos da adoção inicial da Circular SUSEP nº 678/2022 em suas demonstrações financeiras, de forma preliminar, a Companhia estima que o impacto total é uma redução de aproximadamente 10% no saldo do seu patrimônio líquido, em 01/01/2024. 4. **Gestão de riscos:** O processo de gestão de riscos (*Enterprise Risk Management - ERM*) da Companhia tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos avaliando seus controles e garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigentes. Este processo é executado em fases integradas e contínuas, descritas da seguinte forma: • **Identificação dos riscos e controles:** Processo de identificação, controle e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos; • **Quantificação dos riscos:** Os riscos são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos; • **Resposta aos riscos:** De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a riscos vigentes, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos; e • **Monitoramento e reporte:** As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitoradas através de relatórios elaborados pela área de riscos corporativos, a qual os reporta ao Comitê de Auditoria, sempre que julgar necessário. Adicionalmente, a Companhia apura a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado em relação ao capital regulatório requerido mensalmente pelos reguladores. Com o objetivo de complementar esta avaliação e de acordo com as melhores práticas de gestão de riscos, a Companhia possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para as suas principais linhas de negócio e categorias de riscos, observando, desta forma, independente do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em riscos. O Apetite a Riscos tem por objetivo criar fronteiras para assunção dos riscos, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. Tais resultados e monitoramentos são acompanhados periodicamente pelo Comitê de Auditoria. O programa de gestão de riscos da SulAmérica está estruturado sob o conceito de linhas de atividades diretas na Gestão de Riscos, conforme melhores práticas internacionais, nomeado como Modelo das Três Linhas. Segundo o IIA (*The Institute of Internal Auditors*), o Modelo das Três Linhas ajuda as organizações a identificarem estruturas e processos que melhor auxiliam no atingimento dos objetivos e facilitam uma forte governança e gerenciamento de riscos. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha. Esta segunda gestão do risco (2ª linha) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo avaliações independentes e complementares sobre os riscos e controles gerenciados pela primeira linha. Após a atuação da primeira linha, o objetivo da segunda linha é identificar e quantificar os riscos, juntamente com seus respectivos controles, que poderão produzir desvios nos resultados dos negócios. Responsável também por estabelecer uma visão holística sobre o tema, devendo produzir alinhamento e integração entre as metodologias de gestão de riscos utilizadas em cada uma das operações da Companhia. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna das primeiras e segundas gestões dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha). O processo de ERM compreende todas as categorias de riscos os quais a Companhia está exposta. 4.1. **Concentração das operações:** Com presença em todo território nacional, a Companhia concentra seus negócios na região Sudeste, devido à localização do polo econômico do país. Em 31/12/2023, a Companhia registrou um total de receitas de prêmios emitidos, contribuição para cobertura de riscos e rendas de contribuições e prêmios R\$1.375.319 (R\$1.374.825 em 2022).

continuação

### Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. | CNPJ 01.704.513/0001-46

	2023		2022	
	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
<b>Premissas</b>				
Aumento de 5% na sinistralidade	(15.904)	(9.542)	(17.167)	(10.300)
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(5.319)	(3.191)	(5.319)	(3.191)
Aumento de 5% nos custos de comercialização	(8.586)	(5.151)	(8.586)	(5.151)
Redução de 5% na sinistralidade	15.904	9.542	17.167	10.300
Redução de 5% nas despesas administrativas	5.319	3.191	5.319	3.191
Redução de 5% nos custos de comercialização	8.586	5.151	8.586	5.151

	2022		2021	
	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
<b>Premissas</b>				
Aumento de 5% na sinistralidade	(14.430)	(8.658)	(16.453)	(9.872)
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(5.438)	(3.263)	(5.438)	(3.263)
Aumento de 5% nos custos de comercialização	(8.775)	(5.265)	(8.775)	(5.265)
Redução de 5% na sinistralidade	14.430	8.658	16.453	9.872
Redução de 5% nas despesas administrativas	5.438	3.263	5.438	3.263
Redução de 5% nos custos de comercialização	8.775	5.265	8.775	5.265

Choques de 5% mencionados na tabela são determinados pelo valor total do montante apurado da base para o período em referência multiplicado pelo fator de 1,05 (nos casos de aumento) ou 0,95 (nos casos de redução). Seus impactos são avaliados no valor do resultado realizado. A análise demonstrada acima reflete os cenários dos impactos de fatores apresentados não sofreram alterações significativas em relação ao ano anterior. **Análise de sensibilidade em Previdência:** Diferente da análise de sensibilidade em pessoas, para os negócios de previdência a análise reflete o impacto nos fluxos dos passivos esperados e modificados de acordo com as premissas destacadas nas tabelas abaixo:

	2023		2022	
	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
<b>Premissas</b>				
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(1.281)	(769)	(1.281)	(769)
Aumento de 5% nos resgates	(405)	(243)	(405)	(243)
Aumento de 5% na sobrevivência realista	(15.087)	(9.053)	(15.087)	(9.053)
Aumento de 5% na conversão em renda	(9)	(6)	(9)	(6)
Aumento de 5% no cancelamento	102	61	102	61
Aumento de 5% na taxa de juros	(1.941)	(1.165)	(1.941)	(1.165)
Redução de 5% nas despesas administrativas	1.281	768	1.281	768
Redução de 5% nos resgates	403	241	403	241
Redução de 5% na sobrevivência realista	14.429	8.657	14.429	8.657
Redução de 5% na conversão em renda	9	5	9	5
Redução de 5% no cancelamento	(102)	(62)	(102)	(62)
Redução de 5% na taxa de juros	1.577	946	1.577	946

	2022		2021	
	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
<b>Premissas</b>				
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(926)	(556)	(926)	(556)
Aumento de 5% nos resgates	(285)	(171)	(285)	(171)
Aumento de 5% na sobrevivência realista	(15.450)	(9.270)	(15.450)	(9.270)
Aumento de 5% na conversão em renda	(10)	(6)	(10)	(6)
Aumento de 5% no cancelamento	35	21	35	21
Aumento de 5% na taxa de juros	(5.591)	(3.355)	(5.591)	(3.355)
Redução de 5% nas despesas administrativas	926	555	926	555
Redução de 5% nos resgates	283	169	283	169
Redução de 5% na sobrevivência realista	14.705	8.859	14.705	8.859
Redução de 5% na conversão em renda	10	6	10	6
Redução de 5% no cancelamento	(62)	(38)	(62)	(38)
Redução de 5% na taxa de juros	5.368	3.220	5.368	3.220

Choques de 5% mencionados na tabela são determinados pelo valor total da premissa em referência multiplicada pelo fator de 1,05 (nos casos de aumento) ou 0,95 (nos casos de redução). Seus impactos são avaliados no valor presente dos fluxos futuros. A análise demonstrada acima reflete que os cenários dos impactos de fatores apresentados não sofreram alterações significativas em relação ao ano anterior. **4.2.2. Risco de inadequação das provisões técnicas:** A gestão das provisões técnicas constituídas é um processo contínuo coordenado pelo departamento atuarial corporativo através de metodologias específicas e internacionalmente consagradas, adaptadas para as características de cada um dos produtos, comportamento dos clientes e processos de regulação de sinistros administrativos e judiciais. Para a gestão dos riscos envolvidos neste processo, a Companhia conta com diversas técnicas que visam revisar premissas e procedimentos de cálculo que possam gerar falhas no processo de tomada de decisão, entre elas podem-se destacar: • Testes de consistência das metodologias de constituição de provisões; e • Avaliação prospectiva quanto à adequação das provisões técnicas. A evolução das provisões de sinistros contabilizadas é apresentada na tabela a seguir, onde é verificado o desenvolvimento até a data-base destas demonstrações financeiras dos sinistros ocorridos em relação a respectiva provisão contabilizada nos exercícios anteriores. A parte superior da tabela demonstra a evolução da provisão no decorrer dos anos seguintes ao registro da provisão. A parte inferior da tabela apresenta a segregação do valor mais atualizado dos sinistros entre pagamentos e casos ainda pendentes. • **Administrativo:**

Ano	R\$ milhões									
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
<b>Provisão de sinistros contabilizada</b>	96,20	90,43	84,93	91,21	101,00	107,71	119,02	159,03	139,01	112,49
<b>Efeito do desconto financeiro</b>	(3,77)	(3,78)	(4,63)	(3,45)	(3,73)	(3,89)	(5,71)	(5,00)	(5,94)	(5,37)
<b>Provisão de sinistros sem desconto financeiro</b>	99,97	94,21	89,56	94,65	104,73	111,60	124,73	164,03	144,94	117,87
<b>Estimativa de sinistros acumulada:</b>										
No final do ano	99,97	94,21	89,56	94,65	104,73	111,60	124,73	164,03	144,94	117,87
Um ano depois	90,69	90,49	86,17	95,13	111,23	111,06	125,77	123,77	127,31	-
Dois anos depois	93,70	85,74	82,46	98,15	117,32	112,91	114,46	121,80	-	-
Três anos depois	89,57	86,24	83,45	103,18	116,79	106,43	115,76	-	-	-
Quatro anos depois	91,90	86,02	86,66	103,04	112,38	109,53	-	-	-	-
Cinco anos depois	89,98	88,52	86,88	99,64	114,75	-	-	-	-	-
Seis anos depois	91,95	88,95	84,60	101,36	-	-	-	-	-	-
Sete anos depois	92,55	87,50	85,83	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos depois	91,62	88,09	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos depois	92,07	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Estimativa de sinistros atualizada até 31/12/2023</b>	92,07	88,09	85,83	101,36	114,75	109,53	115,76	121,80	127,31	117,87
<b>Pagamentos já realizados até 31/12/2023</b>	91,14	86,95	84,04	98,75	111,14	104,75	109,28	110,42	103,19	-
<b>Sinistros pendentes de pagamento em 31/12/2023</b>	0,93	1,14	1,79	2,61	3,61	4,78	6,48	11,38	24,12	117,87

Descrição	Sem vencimento		Mais de 01 ano e até 02 anos		Mais de 02 anos e até 05 anos		Mais de 05 anos e até 10 anos		Mais de 10 anos		Valor de custo		Valor de mercado		Ganho ou (perda)		Outras		2023 Valor contábil		
<b>Instrumentos financeiros</b>																					
<b>Aplicações financeiras</b>	318.740	224.593	99.304	341.900	1.664.840	191.216	2.840.593	2.942.212	101.619	-	2.817.323										
Valor justo por meio do resultado	318.740	152.171	-	79.941	-	-	550.852	550.953	101	-	550.953										
Disponível para venda	-	72.255	99.304	261.959	-	-	173.891	115.082	699.120	(23.371)	-										
Mantido até o vencimento	-	167	-	-	-	-	1.490.949	76.134	1.567.250	1.692.139	124.889										
<b>Prêmios a receber (a)</b>	-	162.332	-	-	-	-	-	-	162.332	-	-										
<b>Refinanciamento fiscal - REFIS</b>	-	308	-	-	-	-	-	-	308	-	-										
<b>Seguros e resseguros</b>																					
<b>Provisões técnicas</b>	-	542.139	146.968	495.558	452.247	582.046	-	-	-	-	134.325	2.353.283									
Ativos de resseguros	-	25.662	408	2.945	5.510	3.448	-	-	-	-	-	37.973									
Passivos	-	335.418	15.654	47.168	72.263	43.295	-	-	-	-	-	513.798									
Seguros	-	335.418	15.654	47.168	72.263	43.295	-	-	-	-	-	513.798									
Previdência (b)	-	232.383	131.722	451.335	385.494	542.199	-	-	-	-	-	187.745									

Descrição	Sem vencimento		Mais de 01 ano e até 02 anos		Mais de 02 anos e até 05 anos		Mais de 05 anos e até 10 anos		Mais de 10 anos		Valor de custo		Valor de mercado		Ganho ou (perda)		Outras		2022 Valor contábil		
<b>Instrumentos financeiros</b>																					
<b>Aplicações financeiras</b>	139.543	163.945	85.609	322.322	1.945.123	283.066	2.939.608	2.972.587	32.979	-	2.861.340										
Valor justo por meio do resultado	139.543	5.843	-	69.038	-	-	214.424	214.517	93	-	214.517										
Disponível para venda	-	158.102	85.450	253.284	-	-	1.079.683	1.001.322	(78.361)	-	1.001.322										
Mantido até o vencimento	-	-	159	-	-	-	1.572.465	72.877	1.645.501	1.756.748	111.247										
<b>Prêmios a receber (a)</b>	-	146.655	-	-	-	-	-	-	146.655	-	-										
<b>Refinanciamento fiscal - REFIS</b>	-	272	-	-	-	-	-	-	272	-	-										
<b>Seguros e resseguros</b>																					
<b>Provisões técnicas</b>	-	507.020	171.139	560.633	489.678	658.488	-	-	-	-	136.898	2.523.856									
Ativos de resseguros	-	25.736	104	1.207	1.280	953	-	-	-	-	-	29.280									
Passivos	-	339.211	22.661	59.186	49.423	36.856	-	-	-	-	-	507.337									
Seguros	-	339.211	22.661	59.186	49.423	36.856	-	-	-	-	-	507.337									
Previdência (b)	-	193.545	148.582	502.654	441.535	622.585	-	-	-	-	-	187.745									

(a) Considera o prêmio a vencer, líquido de redução ao valor recuperável, quando aplicável; e (b) A coluna "Outras" é composta, principalmente, pelos seguintes itens: R\$134.325 de PCC classificado no não circulante e outras provisões técnicas em 31/12/2023 (R\$136.898 em 2022). A data de vencimento dos ativos foi o critério utilizado na classificação dos instrumentos financeiros apresentados neste item. No entanto, é importante mencionar que os ativos classificados como valor justo por meio do resultado e disponíveis para a venda possuem liquidez imediata, apesar da distribuição ocorrer em diversas faixas das tabelas. Portanto, tais ativos são suficientes para honrar as obrigações nas datas previstas. **4.5. Riscos de crédito:** Os riscos de crédito estão relacionados com a possibilidade de devedores deixarem de cumprir um contrato ou deixarem de cumprí-los nos termos em que foi acordado. Estes riscos poderiam se materializar e afetar significativamente os resultados esperados caso os emissores de créditos privados não honrem com os pagamentos nas datas previstas ou os resseguradores com os quais a Companhia opera não honrem os contratos para pagamentos dos sinistros ressegurados. Em relação ao monitoramento da inadimplência de seus segurados e parceiros comerciais, a Companhia realiza redução ao valor recuperável dos prêmios a receber de acordo com as melhores práticas e legislação vigente. **4.5.1. Alocação dos investimentos:** A tabela a seguir apresenta a distribuição dos investimentos por categoria de risco, exceto os investimentos relacionados à fase de acumulação de benefícios dos planos PGBL e VGBL. Em 31/12/2023, 99,98% (100,00% em 2022) estão alocados em títulos do governo (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA da tabela), segundo melhores práticas de mercado.

Descrição	2023	2022
Renda fixa pública "risco soberano"	2.664.455	2.861.587
AAA	152.171	-
Outros	697	(247)
<b>Total</b>	<b>2.817.323</b>	<b>2.861.340</b>

**4.5.2. Contratos de resseguro:** Para as contratações de resseguro, a Companhia possui política específica monitorada pela área de Gestão de Riscos Corporativos, que estabelece e descreve um fluxo efetivo para a contratação. Como exigências, a política engloba critérios referentes a definições de limites de risco de crédito, limites de concentração e prazos mínimos a serem observados no fluxo de contratação de resseguros. Além das exigências definidas pela legislação vigente para a colocação de riscos de resseguro, com o objetivo de controlar internamente a exposição ao risco de crédito, a Companhia estabelece limites de exposição de crédito com base nas classificações de categoria de risco de cada ressegurador, gerenciando desta forma o risco de crédito em contratos de resseguro. As tabelas a seguir apresentam a exposição com os resseguradores por categoria de risco e linha de negócio. Tendo em vista a política de colocação de resseguro acima descrita, a Companhia prioriza suas colocações em resseguradores com menor grau de risco.

Ramos	2023	2022
Patrimonial demais ramos	7630	7790
Pessoas demais	7226	9.831
Vida em grupo	30.554	20.347
<b>Total</b>	<b>45.410</b>	<b>37.968</b>

Classe
--------

continuação

### Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. | CNPJ 01.704.513/0001-46

Descrição	2023	2022	Descrição	2023	2022
<b>Patrimônio líquido contábil</b>	<b>827.463</b>	<b>721.403</b>	<b>PLA NÍVEL 2</b>	<b>118.193</b>	<b>169.462</b>
<b>Deduções:</b>			Valores das diferenças entre os saldos contábeis e as respectivas deduções previstas nas alíneas "d" do inciso I, art. 56 da RN 432	58.324	52.770
Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	(3.086)	(1.560)	<b>PLA NÍVEL 3</b>	<b>58.324</b>	<b>52.770</b>
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social	(76.330)	(74.815)	<b>Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3</b>	<b>-</b>	<b>(46.331)</b>
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do Capital Mínimo Requerido (*)	(59.552)	(117.899)	<b>Patrimônio líquido ajustado - PLA (a)</b>	<b>765.639</b>	<b>613.541</b>
Ativos intangíveis	(56.683)	(56.771)	<b>Capital base (b)</b>	<b>15.000</b>	<b>15.000</b>
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(42.690)	(32.718)	<b>Capital de risco (c)</b>	<b>388.827</b>	<b>351.801</b>
Valores decorrentes dos ajustes associados à variação dos valores econômicos, positivos ou negativos, constantes das alíneas "a" do inciso II, art. 56 da RN 432	73.984	49.641	<b>Capital de risco de subscrição (d)</b>	<b>282.883</b>	<b>259.701</b>
Valores decorrentes dos ajustes associados à variação dos valores econômicos, positivos ou negativos, constantes das alíneas "b" do inciso II, art. 56 da RN 432	(73.984)	(49.641)	<b>Capital de risco operacional (e)</b>	<b>9.113</b>	<b>8.369</b>
<b>PLA NÍVEL 1</b>	<b>589.122</b>	<b>437.640</b>	<b>Capital de risco de crédito (f)</b>	<b>23.843</b>	<b>20.290</b>
Valores decorrentes dos ajustes associados à variação dos valores econômicos previstos nas alíneas "c" do inciso II, art. 56 da RN 432	3.991	12.428	<b>Capital de risco de mercado (g)</b>	<b>173.772</b>	<b>152.982</b>
Valores decorrentes dos ajustes associados à variação dos valores econômicos previstos nas alíneas "d" do inciso II, art. 56 da RN 432	114.202	157.034	<b>CMR = Maior entre capital base e capital de risco (h)</b>	<b>388.827</b>	<b>351.801</b>
			<b>Suficiência de capital - R\$ (i) = (a) - (h)</b>	<b>376.812</b>	<b>261.740</b>
			<b>Suficiência de capital - % (j) = (i) / (h)</b>	<b>96,91%</b>	<b>74,40%</b>

(\*) As deduções dos ativos serão realizadas pelo valor integral dos seus respectivos saldos contábeis para fins de apuração do PLA de nível 1, desconsiderando os limites previstos nas alíneas "d" e "f" do inciso I, art. 56 da RN 432.

#### 5. Aplicações: 5.1. Composição das aplicações:

Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento		Taxa média de juros	Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/ contábil	Valor avaliado pela curva / contábil	Valor de mercado		
<b>Títulos de renda fixa - privados</b>	<b>152.171</b>	<b>152.171</b>	-	-	-	-	-	<b>152.171</b>
Certificados de depósito bancário								
Pós-fixado CDI	152.171	152.171	-	-	-	-	103,5% CDI	152.171
<b>Títulos de renda fixa - públicos</b>	-	-	<b>722.490</b>	<b>699.120</b>	<b>364.474</b>	<b>380.404</b>	-	<b>1.063.594</b>
Letras financeiras do tesouro	-	-	51.344	51.378	-	-	SELIC	51.378
Notas do tesouro nacional	-	-						
Série B - pós-fixado IPCA	-	-	576.130	551.370	76.301	73.357	IPCA+4,33%a.a.	627.671
Série C - pós-fixado IGP-M	-	-	95.016	96.372	288.173	307.047	IGPM+6,61%a.a.	384.545
<b>Títulos de renda variável</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações	-	-	18	18	-	-	-	18
Valor recuperável	-	-	(18)	(18)	-	-	-	(18)
<b>Cotas de fundos de investimentos</b>	<b>9.296.970</b>	<b>9.318.658</b>	-	-	<b>1.202.777</b>	<b>1.311.735</b>	-	<b>10.521.435</b>
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	314.001	314.001	-	-	-	-	-	314.001
Cotas de fundos de investimentos exclusivos	8.982.969	9.004.657	-	-	1.202.777	1.311.735	-	10.207.434
Certificados de depósito bancário								
Pós-fixado CDI	131.080	131.080	-	-	-	-	102,21% CDI	131.080
Depósito a prazo com garantia especial do FGC	-	-	-	-	-	-	-	-
Pós-fixado CDI	48.335	48.480	-	-	-	-	CDI+1,18%a.a.	48.480
Debêntures								
Pré-fixado	161	197	-	-	-	-	16,28%a.a.	197
Pós-fixado CDI	1.119.385	1.127.808	-	-	-	-	CDI+1,62%a.a.	1.127.808
Pós-fixado IPCA	485	458	-	-	-	-	IPCA+6,9%a.a.	458
Letras financeiras	813.063	818.998	-	-	-	-	CDI+1,49%a.a.	818.998
Notas promissórias	107	107	-	-	-	-	CDI+1,64%a.a.	107
Letras financeiras do tesouro	2.755.972	2.759.459	-	-	-	-	SELIC	2.759.459
Letras do tesouro nacional								
Pré-fixado	1.557	1.636	-	-	-	-	9,88%a.a.	1.636
Notas do tesouro nacional								
Série F - pré-fixado	643	655	-	-	-	-	10,01%a.a.	655
Série B - pós-fixado IPCA	43.400	43.687	-	-	-	-	IPCA+5,49%a.a.	43.687
Série C - pós-fixado IGP-M	85.399	88.710	-	-	1.202.777	1.311.735	IGPM+7,37%a.a.	1.291.487
Operações compromissadas	473.623	473.623	-	-	-	-	-	473.623
Ações	226.059	226.059	-	-	-	-	-	226.059
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	3.255.478	3.255.478	-	-	-	-	-	3.255.478
Cotas de fundos de investimento em ações	34.580	34.580	-	-	-	-	-	34.580
Outros	(6.358)	(6.358)	-	-	-	-	-	(6.358)
<b>Subtotal</b>	<b>9.449.141</b>	<b>9.470.829</b>	<b>722.490</b>	<b>699.120</b>	<b>1.567.251</b>	<b>1.692.139</b>	-	<b>11.737.200</b>
<b>Percentual total contábil</b>		<b>80,69%</b>						<b>100,00%</b>
<b>Outras aplicações</b>								<b>227</b>
<b>Total</b>								<b>11.737.427</b>
<b>Circulante</b>								<b>11.360.523</b>
<b>Não circulante</b>								<b>376.904</b>

Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento		Taxa média de juros	Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/ contábil	Valor avaliado pela curva / contábil	Valor de mercado		
<b>Títulos de renda fixa - públicos</b>	-	-	<b>1.079.683</b>	<b>1.001.322</b>	<b>377.661</b>	<b>384.790</b>	-	<b>1.378.983</b>
Letras financeiras do tesouro	-	-	34.251	34.256	-	-	SELIC	34.256
Notas do tesouro nacional	-	-						
Série B - pós-fixado IPCA	-	-	944.525	866.269	73.037	63.646	IPCA + 4,06% a.a.	939.306
Série C - pós-fixado IGP-M	-	-	100.907	100.797	304.624	321.144	IGPM + 6,55% a.a.	405.421
<b>Títulos de renda variável</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações	-	-	-	14	-	-	-	14
Valor recuperável	-	-	-	(14)	-	-	-	(14)
<b>Cotas de fundos de investimentos</b>	<b>8.052.022</b>	<b>8.050.306</b>	-	-	<b>1.267.840</b>	<b>1.371.958</b>	-	<b>9.318.146</b>
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	139.985	139.985	-	-	-	-	-	139.985
Cotas de fundos de investimentos exclusivos	7.912.037	7.910.321	-	-	1.267.840	1.371.958	-	9.178.161
Certificados de depósito bancário								
Pós-fixado CDI	151.288	151.311	-	-	-	-	102,32% CDI	151.311
Debêntures								
Pré-fixado	161	182	-	-	-	-	18,47% a.a.	182
Pós-fixado CDI	595.376	596.427	-	-	-	-	102,28% CDI	596.427
Pós-fixado IPCA	463	423	-	-	-	-	IPCA + 5,47% a.a.	423
Pós-fixado IGP-M	2.831	1.746	-	-	-	-	IGPM + 1,01% a.a.	1.746
Letras financeiras	860.703	858.253	-	-	-	-	107,66 % CDI	858.253
Notas promissórias	22.261	22.261	-	-	-	-	101,35% a.a.	22.261
Letras financeiras do tesouro	2.206.175	2.209.260	-	-	-	-	SELIC	2.209.260
Letras do tesouro nacional								
Pré-fixado	3.913	3.848	-	-	-	-	9,27% a.a.	3.848
Notas do tesouro nacional								
Série F - pré-fixado	689	649	-	-	-	-	9,47% a.a.	649
Série B - pós-fixado IPCA	46.478	44.262	-	-	-	-	IPCA + 4,82% a.a.	44.262
Série C - pós-fixado IGP-M	-	-	-	-	1.267.840	1.371.958	IGPM + 7,29% a.a.	1.267.840
Operações compromissadas	202.599	202.599	-	-	-	-	SELIC	202.599
Ações	282.637	282.637	-	-	-	-	-	282.637
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	3.552.224	3.552.224	-	-	-	-	-	3.552.224
Outros	(15.761)	(15.761)	-	-	-	-	-	(15.761)
<b>Subtotal</b>	<b>8.052.022</b>	<b>8.050.306</b>	<b>1.079.683</b>	<b>1.001.322</b>	<b>1.645.501</b>	<b>1.756.748</b>	-	<b>10.697.129</b>
<b>Percentual total contábil</b>		<b>75,26%</b>						<b>100,00%</b>
<b>Outras aplicações</b>								<b>400</b>
<b>Total</b>								<b>10.697.529</b>
<b>Circulante</b>								<b>10.319.867</b>
<b>Não circulante</b>								<b>377.662</b>

(a) A linha de cotas de fundos de investimentos não exclusivos é composta por fundos de investimentos renda fixa. 5.2. Movimentação das aplicações:

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Total
<b>Saldo em 01/01/2022</b>	<b>8.616.149</b>	<b>822.774</b>	<b>363.901</b>	<b>9.802.824</b>
Aplicações	3.135.770	234.556	-	3.370.326
Rendimentos resgate	(434.972)	(67.537)	(29.437)	(531.946)
Principal resgate	(2.975.721)	(50.108)	-	(3.025.829)
Resultado financeiro	976.920	90.735	43.197	1.110.852
Ajustes no patrimônio líquido	-	(29.098)	-	(29.098)
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>9.318.146</b>	<b>1.001.322</b>	<b>377.661</b>	<b>10.697.129</b>
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>10.673.608</b>	<b>699.120</b>	<b>364.472</b>	<b>11.737.200</b>

Para melhor entendimento do volume das aplicações financeiras da Companhia, na nota acima, apresentamos a movimentação das cotas de fundos exclusivos, enquanto na nota 5.1, apresentamos o saldo dos ativos que compõe estas cotas de fundos. 5.3. Análise de sensibilidade das aplicações: As métricas de risco utilizadas na elaboração das análises de sensibilidade das aplicações financeiras são: (i) VaR (Value at Risk) paramétrico utiliza nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e duration, nos quais cada ativo pode estar alocado. A carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e (ii) DV01 (dólar-value ou value for one basis-point), que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa verificando o quanto seu valor de mercado se altera (ΔP) na oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Para a apuração dos valores para renda variável, considera-se a variação de 1% na posição. As metodologias utilizadas desconsideram os valores de saldos referentes ao PGBL e VGBL, pois os recursos estão em fundos exclusivos para os participantes e são regidos pelas regras de liquidez estabelecidas nos regulamentos de cada fundo. As tabelas a seguir apresentam o cálculo do ganho ou perda esperada em um dia no resultado e no patrimônio líquido através da metodologia VaR e da metodologia DV01.

Fatores de risco	VaR 95%	DV01=0,01%
Juros real	1.925	259
Outros	7	-
Efeito de diversificação	(136)	-
<b>Total</b>	<b>1.796</b>	<b>259</b>

Fatores de risco	VaR 95%	DV01=0,01%
Juros real	5.868	490
Outros	2	-
Efeito de diversificação	(261)	-
<b>Total</b>	<b>5.609</b>	<b>490</b>

5.4. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado: Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião da sua aquisição. Os instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo: (i) **Nível 1**: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; (ii) **Nível 2**: Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (iii) **Nível 3**: Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis, modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo. **Nível 1: Títulos de renda variável**: Calculados com base na cotação de fechamento do último dia útil em que foram negociados no mês; **Títulos de renda fixa - públicos**: Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA); e **Instrumentos financeiros derivativos**: Calculados com base nas cotações e taxas divulgadas pela B3. **Nível 2: Certificados de Depósito Bancário (CDB) e Letras Financeiras (LF)**: Calculados de acordo com suas características de resgate: (i) CDB com cláusula de resgate antecipado a taxa determinada: calculados com base na taxa contratada na operação; e (ii) CDB sem cláusula de resgate antecipado e com cláusula de resgate antecipado a taxa de mercado: são calculados com base na curva proveniente dos futuros de DI da B3, e para o spread de crédito, pelo conjunto formado pelas operações de CDB e LF das carteiras administradas/fundos no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos. **Debêntures**: Calculados com base nas tabelas de preços unitários (para títulos públicos) de mercado secundário da ANBIMA ou, no caso de sua inexistência, por critérios definidos pelo banco custodiante de acordo com os critérios de precificação definidos em seu manual de marcação a mercado; e **Cotas de fundos de investimentos**: Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada, exceto para os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, que são calculados pelos indexadores pactuados, acrescidos dos juros incorridos. A estimativa utilizada pela Companhia para apurar o valor de mercado dos demais saldos das contas a receber e a pagar contabilizados no circulante e não circulante aproximam-se dos seus correspondentes valores de realização e exigibilidade, respectivamente, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos.

Descrição	2023		Total
	Nível 1	Nível 2	
<b>Aplicações financeiras</b>			
Valor justo por meio do resultado	3.120.206	6.350.623	9.470.829
Disponível para venda	699.120	-	699.120
Mantido até o vencimento	1.567.251	-	1.567.251

continuação

Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. | CNPJ 01.704.513/0001-46

(a) A redução ao valor recuperável é determinada com base nos prêmios vencidos e a vencer de riscos decorridos. A contabilização no balanço patrimonial é feita pelos valores brutos e na demonstração de resultado pelos valores líquidos de comissão, Impostos sobre Operações Financeiras (IOF), refletindo a essência do resultado final de todo o processo de recebimento. A análise do risco de crédito de pessoa jurídica é efetuada com base em tabela de pontuação (classificação de riscos) de probabilidade de perda. Para pessoas físicas é efetuada com base no percentual histórico de recuperação de prêmios vencidos. Os prêmios de risco a decorrer são normalmente cancelados após 60 dias de inadimplência. 7. Ativos e passivos de resseguro: 7.1. Operações com resseguradoras:

Descrição	Ativo		Passivo	
	2023	2022	2023	2022
Recuperação de indenização e prêmios líquidos de comissão	10.716	22.578	11.426	12.194
Redução ao valor recuperável (a)	(3.304)	(13.889)	-	-
Outros	26	-	-	-
<b>Total</b>	<b>7.438</b>	<b>8.689</b>	<b>11.426</b>	<b>12.194</b>
<b>Circulante</b>	<b>7.417</b>	<b>8.689</b>	<b>11.426</b>	<b>12.194</b>
<b>Não circulante</b>	<b>21</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(a) A provisão para redução ao valor recuperável referente às operações de resseguro é determinada com base nos valores de sinistros a receber vencidos e, quando aplicável, na tabela de pontuação de probabilidade de perda (classificação de riscos). 7.2. Ativos de resseguro e retrocessão: Os saldos apresentados se referem aos ativos relacionados com as responsabilidades dos resseguradores em relação às provisões técnicas da Companhia. As provisões técnicas são registradas no passivo de forma bruta de resseguro, sendo então registradas no ativo as expectativas de crédito associados aos resseguradores.

Descrição	Provisão de prêmios não ganhos		Provisão de sinistros a liquidar / IBNR e outros		Total
	2023	2022	2023	2022	
Pessoas	4.479	3.075	28.148	18.636	32.627
Vida individual	726	530	4.372	4.485	5.098
Previdência	123	97	125	2.457	2.48
<b>Total</b>	<b>5.328</b>	<b>3.702</b>	<b>32.645</b>	<b>25.578</b>	<b>37.973</b>
<b>Circulante</b>	<b>5.328</b>	<b>3.702</b>	<b>20.334</b>	<b>25.662</b>	<b>25.736</b>
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>12.311</b>	<b>3.544</b>	<b>12.311</b>	<b>3.544</b>

7.2.1. Movimentação da Provisão de Prêmios Não Ganhos:

Descrição	Pessoas		Vida Individual		Previdência		Total
	01/01/2022	31/12/2022	01/01/2022	31/12/2022	01/01/2022	31/12/2022	
Saldo em 01/01/2022	2.731	450	87	87	3.268	3.268	
Emissões/RVNE	15.107	2.537	458	458	18.102	18.102	
Amortizações	(14.763)	(2.457)	(448)	(448)	(17.668)	(17.668)	
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>3.075</b>	<b>530</b>	<b>97</b>	<b>97</b>	<b>3.702</b>	<b>3.702</b>	
<b>Circulante</b>	<b>3.075</b>	<b>530</b>	<b>97</b>	<b>97</b>	<b>3.702</b>	<b>3.702</b>	
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	

Descrição	Pessoas		Vida Individual		Previdência		Total
	01/01/2022	31/12/2022	01/01/2022	31/12/2022	01/01/2022	31/12/2022	
Saldo em 31/12/2022	3.075	530	97	97	3.702	3.702	
Emissões/RVNE	23.773	3.765	630	630	28.168	28.168	
Amortizações	(22.369)	(3.569)	(604)	(604)	(26.542)	(26.542)	
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>4.479</b>	<b>726</b>	<b>123</b>	<b>123</b>	<b>5.328</b>	<b>5.328</b>	
<b>Circulante</b>	<b>4.479</b>	<b>726</b>	<b>123</b>	<b>123</b>	<b>5.328</b>	<b>5.328</b>	
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	

7.2.2. Movimentação da Provisão de Sinistros a Liquidar / IBNR e outros:

Descrição	Pessoas		Vida Individual		Previdência		Total
	01/01/2022	31/12/2022	01/01/2022	31/12/2022	01/01/2022	31/12/2022	
Saldo em 01/01/2022	11.777	5.890	90	90	17.757	17.757	
Adições/Baixas	3.774	125	2.357	2.357	6.256	6.256	
Atualização monetária / juros	500	1.180	10	10	1.690	1.690	
Varição IBNR/IBNC/IBNER	2.585	(2.710)	-	-	(125)	(125)	
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>18.636</b>	<b>4.485</b>	<b>2.457</b>	<b>2.457</b>	<b>25.578</b>	<b>25.578</b>	
<b>Circulante</b>	<b>18.636</b>	<b>4.485</b>	<b>2.457</b>	<b>2.457</b>	<b>25.578</b>	<b>25.578</b>	
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	

8.3. Movimentação de créditos e débitos tributários: As tabelas abaixo demonstram os créditos e débitos tributários do imposto de renda e da contribuição social e as respectivas movimentações nos períodos.

Descrição	Saldo em 01/01/2022		Saldo em 31/12/2022	
	Consti-tuição	Reali-zação	Consti-tuição	Reali-zação
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	57.393	3.084	(6.302)	54.175
Redução ao valor recuperável de créditos	8.651	5.125	(501)	13.275
Provisões	1.080	224	(1.020)	284
Amortização direito de uso (IFRS 16)	1.646	1.341	(754)	2.233
Apropriação AVP (IFRS 16)	395	666	-	1.061
Participações nos lucros	564	339	(583)	320
Perda atuarial com plano de pensão de benefício definido	-	198	-	198
Perda com ajuste a valor de mercado	19.809	16.038	(4.399)	31.448
Outros	90	62	-	152
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>89.628</b>	<b>27.077</b>	<b>(13.559)</b>	<b>103.146</b>
<b>Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social</b>	<b>152.048</b>	<b>763</b>	<b>(77.996)</b>	<b>74.815</b>
<b>PIS e COFINS sobre provisões técnicas</b>	<b>11.978</b>	<b>3.228</b>	<b>(451)</b>	<b>14.755</b>
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>253.654</b>	<b>31.068</b>	<b>(92.006)</b>	<b>192.716</b>
Ganho atuarial com plano de pensão de benefício definido	(14)	(10)	24	-
Arrendamento (IFRS 16)	(1.140)	(1.940)	-	(3.080)
Ganho com ajuste a valor de mercado	(364)	-	-	(364)
<b>Total dos débitos tributários</b>	<b>(1.518)</b>	<b>(1.950)</b>	<b>24</b>	<b>(3.444)</b>

Descrição	Saldo em 31/12/2022		Saldo em 31/12/2023	
	Consti-tuição	Reali-zação	Consti-tuição	Reali-zação
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	54.175	2.812	(36.902)	20.085
Redução ao valor recuperável de créditos	13.275	300	(4.535)	9.040
Provisões	284	2.426	(225)	2.485
Amortização direito de uso (IFRS 16)	2.233	1.673	(549)	3.357
Apropriação AVP (IFRS 16)	1.061	10	(344)	727
Participações nos lucros	320	784	(1.104)	-
Perda atuarial com plano de pensão de benefício definido	198	5	-	203
Perda com ajuste a valor de mercado	31.448	922	(23.022)	9.348
Outros	152	1	(153)	-
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>103.146</b>	<b>8.933</b>	<b>(66.834)</b>	<b>45.245</b>
<b>Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social</b>	<b>74.815</b>	<b>1.785</b>	<b>(270)</b>	<b>76.330</b>
<b>PIS e COFINS sobre provisões técnicas</b>	<b>14.755</b>	<b>95</b>	<b>(543)</b>	<b>14.307</b>
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>192.716</b>	<b>10.813</b>	<b>(67.647)</b>	<b>135.882</b>
Arrendamento (IFRS 16)	(3.080)	(1.663)	680	(4.063)
Ganho com ajuste a valor de mercado	(364)	-	-	(364)
<b>Total dos débitos tributários</b>	<b>(3.444)</b>	<b>(1.663)</b>	<b>680</b>	<b>(4.427)</b>

Em 31/12/2023, os saldos acumulados de prejuízos fiscais e de bases negativas a compensar são formados como demonstrado a seguir:

Ano	Imposto de renda	Contribuição social
2005	2.296	33.111
2011	35.408	31.850
2017	11.588	11.644
2020	51.120	51.126
2021	268.737	268.947
2023	6.430	-
<b>Saldos a compensar</b>	<b>375.579</b>	<b>396.678</b>

Em 31/12/2023, a expectativa de realização, por ano, dos créditos tributários de prejuízos fiscais e de bases negativas de contribuição social é apresentada conforme demonstrado a seguir:

Ano	Imposto de renda	Contribuição social
2025	20%	21%
2026	28%	28%
2027	37%	36%
2028	15%	15%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

As realizações dos créditos tributários de diferenças temporárias relacionadas, principalmente, às provisões para ações judiciais e obrigações fiscais não estão apresentadas no quadro acima, pois dependem de decisão definitiva e da data de encerramento desses litígios. Os valores apresentados no quadro abaixo são constituídos por créditos tributários não registrados contabilmente, integrados, mormente, por prejuízos fiscais, bases negativas, assim como diferenças temporárias, para as quais, segundo a Administração da Companhia, não haveria perspectivas de realização, no curso do estudo de rentabilidade futura, abrangido pelos resultados fiscais a serem levantados para os próximos 5 anos.

Descrição	Créditos tributários não reconhecidos	
	Base	reconhecidos
Prejuízo fiscal	182.985	45.746
Base negativa	205.658	30.849
<b>Total</b>	<b>388.643</b>	<b>76.595</b>

9. Movimentação dos custos de aquisição diferidos:

Descrição	Nota		2023		2022	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
<b>Seguros</b>	<b>74.335</b>	<b>67.479</b>	<b>74.335</b>	<b>67.479</b>	<b>74.335</b>	<b>67.479</b>
Pessoas	9.1	74.335	9.1	74.335	9.1	74.335
Previdência privada	9.2	9.943	9.2	9.943	9.2	9.943
<b>Total</b>	<b>84.278</b>	<b>75.476</b>	<b>84.278</b>	<b>75.476</b>	<b>84.278</b>	<b>75.476</b>
<b>Circulante</b>	<b>44.799</b>	<b>36.372</b>	<b>44.799</b>	<b>36.372</b>	<b>44.799</b>	<b>36.372</b>
<b>Não circulante</b>	<b>39.479</b>	<b>39.104</b>	<b>39.479</b>	<b>39.104</b>	<b>39.479</b>	<b>39.104</b>

9.1. Pessoas:

Descrição	Seguro direto líquido de cosseguro cedido	
	01/01/2022	31/12/2022
Saldo em 01/01/2022	64.127	64.127
Custos de aquisição	199.108	199.108
Amortização	(169.494)	(169.494)
Cancelamento	(27.970)	(27.970)
RVNE	1.708	1.708
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>67.479</b>	<b>67.479</b>
<b>Circulante</b>	<b>33.932</b>	<b>33.932</b>
<b>Não circulante</b>	<b>33.547</b>	<b>33.547</b>

Descrição	Pessoas		Vida Individual		Previdência		Total
	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	
Saldo em 31/12/2022	18.636	4.485	2.457	2.457	25.578	25.578	
Adições/Baixas	10.875	1.167	(2.346)	(2.346)	9.696	9.696	
Atualização monetária / juros	2.712	345	14	14	3.071	3.071	
Varição IBNR/IBNC/IBNER	(4.075)	(1.625)	-	-	(5.700)	(5.700)	
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>28.148</b>	<b>4.372</b>	<b>125</b>	<b>125</b>	<b>32.645</b>	<b>32.645</b>	
<b>Circulante</b>	<b>28.148</b>	<b>4.372</b>	<b>125</b>	<b>125</b>	<b>32.645</b>	<b>32.645</b>	
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	

8. Créditos tributários e previdenciários e tributos diferidos: 8.1. Créditos e débitos tributários diferidos:

Descrição	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Tributos a compensar / recuperar (nota 8.2)	24.835	8.691	24.835	8.691
Créditos tributários (8.3)	135.882	192.716	135.882	192.716
Débitos tributários (8.3)	(4.427)	(3.444)	(4.427)	(3.444)
<b>Total</b>	<b>156.290</b>	<b>197.963</b>	<b>156.290</b>	<b>197.963</b>
<b>Circulante</b>	<b>4.397</b>	<b>3.833</b>	<b>4.397</b>	<b>3.833</b>
<b>Não circulante</b>	<b>151.893</b>	<b>194.130</b>	<b>151.893</b>	<b>194.130</b>

A Companhia impetrou Mandado de Segurança, objetivando obter o reconhecimento judicial, no sentido de afastar a tributação pelo IRPJ e CSLL, incidente sobre receitas provenientes da correção com base na variação da taxa SELIC, de débitos tributários apurados nos cálculos dos seus resultados fiscais. Na data de 24/09/2021, por unanimidade, o pleno do STF, sob o abrigo do instituto da repercussão geral, firmou o entendimento de que tais receitas não deveriam submeter-se à tributação pelas exações do IRPJ e CSLL. Esta manifestação do STF poderá ainda ser objeto de recursos que limitem a fruição dos benefícios por parte das autoras do Mandado de Segurança. O processo em que a Companhia figurou como autora no ano de 2021 registrou os benefícios econômicos acumulados desde a data do crédito provenientes da referida disputa judicial, em conformidade com a sua melhor estimativa, para a data de 31/12/2023 no valor de R\$5.719 (R\$1.854 em 2022). O reconhecimento do benefício econômico a que fazemos alusão neste parágrafo é decorrente da posição firmada pelos advogados que patrocinam estas disputas, que reputam como provável a realização do ganho, aderente às disposições consignadas no Ofício IBRACON (Instituto de Auditoria Independente do Brasil) Circular nº 09/2021. 8.2. Tributos a compensar / recuperar:

Descrição	Saldo em 01/01/2022		Adição		Atualização monetária		Baixa / compensação		Saldo em 31/12/2022
	01/01/2022	31/12/2022	01/01/2022	31/12/2022	01/01/2022	31/12/2022	01/01/2022	31/12/2022	
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	1.235	2.809	44	(330)	-	-	-	-	3.758
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL	2.814	1.472	17	(30)	-	-	-	-	4.273
Programa de Integração Social - PIS	22	136	2	(157)	-	-	-	-	3
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	106	837	15	(936)	-	-	-	-	22
Outros	455	222	35	(77)	-	-	-	-	635
<b>Total</b>	<b>4.632</b>	<b></b>							



continuação

### Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. | CNPJ 01.704.513/0001-46

incidência da contribuição prevista no inciso III, art. 22, da Lei nº 8.212/1991. Os valores questionados encontravam-se com sua exigibilidade suspensa por depósito judicial e provisionados em sua totalidade até maio de 2015. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda. Em 06/2015, a Companhia decidiu passar a recolher o INSS sobre os pagamentos aos prestadores corretores e descontinuar os depósitos judiciais referentes a essa discussão. Em 08/2020, o STF concluiu o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.673, tendo declarado a constitucionalidade do caput, do inciso III e do § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212/1991, na redação dada pelo art. 1º da Lei nº 9.876/1999, reconhecendo, consequentemente, a higidez constitucional da incidência de contribuição para seguridade social sobre os valores repassados pelas seguradoras, a título de comissão, aos corretores de seguros. Em 03/2023, a Companhia realizou a baixa da totalidade das provisões contábeis e depósitos relativos à contribuição previdenciária sobre pagamentos aos prestadores corretores, no montante de R\$95.838, em razão da transformação dos depósitos judiciais em pagamento definitivo em favor da União. 18.5. Contingências: Em 31/12/2023 e 2022, o valor total em discussão dos processos relevantes cuja probabilidade de perda é classificada como possível pela Administração e pelos advogados que patrocinam as causas é de:

Descrição	2023	2022
Fiscais (a)	5.591	29.204
Cíveis	81.455	73.604
Trabalhistas	4.030	2.080
<b>Total</b>	<b>91.076</b>	<b>104.888</b>

(a) A parcela não provisionada no montante de R\$5.591 (R\$29.204 em 2022) é composta, principalmente, pela não homologação da compensação de tributos na esfera administrativa. A redução nas causas cuja expectativa de perda é possível foi provocada, principalmente, pelo trânsito em julgado do RE nº 400.479, em que o Plenário do STF definiu que as seguradoras não devem sujeitar as suas receitas financeiras decorrentes da aplicação em investimentos compulsórios e reservas técnicas à contribuição ao PIS e COFINS, e, portanto, os consultores legais atribuíram probabilidade de perda remota. 19. Patrimônio líquido: 19.1. Capital social: Em 31/12/2023 e 2022, o capital social da Companhia é de R\$878.351, representado por 101.194.810 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizadas. 19.2. Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social. 19.3. Reserva estatutária: A reserva para expansão dos negócios sociais, constituída por até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social após as destinações alocadas para reserva legal, de lucros e de contingências, quando for o caso, além de dividendos, não poderá exceder o montante do capital social. Uma vez atingido tal limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos da Administração, deverá deliberar sobre a aplicação do excesso em aumento do capital social ou distribuição de dividendos aos acionistas. 19.4. Ajuste de avaliação patrimonial: A rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para a venda, relativos a títulos próprios e os ganhos e perdas atuariais do plano de benefício definido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. 19.5. Política de distribuição de dividendos: De acordo com o estatuto, são assegurados aos acionistas dividendos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício ajustado em consonância com a legislação em vigor. Nas Assembleias Gerais Ordinárias de 2022 (exercício findo em 31/12/2021) e 2023 (exercício findo em 31/12/2022) não houve distribuição de dividendo obrigatório, em razão da apuração de prejuízo. 19.6. Distribuição do resultado:

Descrição	2023	2022
Resultado antes de impostos e contribuições (+) Impostos e contribuições	109.282	(30.551)
Participações sobre o resultado	(5.812)	72.919
Lucro líquido do exercício (a)	72.919	(72.919)
(+) Compensação de prejuízos acumulados	(72.919)	-
Lucro líquido do exercício após compensações	-	-

(a) Em 2022, a Companhia apresentou prejuízo no exercício. 20. Detalhamento das contas de resultado: 20.1. Principais ramos de atuação:

Descrição	2023		2022	
	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos
Vida	375.750	58,20%	23,30%	367.005
Acidentes pessoais	148.640	54,30%	38,80%	160.896
Prestamista (exceto Habitacional e Rural)	24.976	52,60%	34,20%	39.874
Viagem	43.013	54,20%	13,50%	50.401
Outros	45.988	29,40%	15,30%	39.352
<b>Total</b>	<b>638.367</b>			<b>657.528</b>

Descrição	2023		2022	
	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos
Sinistros	(364.536)	(341.745)	(11)	(161)
Recuperação de sinistros	16.469	(1.592)	(1.409)	(4.288)
Varição de sinistros ocorridos mas não avisados	(1.409)	(4.288)	-	-
Despesas com benefícios	(349.487)	(347.786)	-	-

Descrição	2023		2022	
	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos
Sobre prêmios diretos e cosseguros aceitos	(173.241)	(180.505)	-	-
Sobre prêmios diretos e cosseguros aceitos cancelados e restituídos	22.690	26.122	(7.614)	(6.183)
Sobre agenciamento	(9.397)	(6.753)	813	(3.315)
Outros custos de comercialização	813	(3.315)	-	-
Varição de custos de aquisição diferidos	(166.749)	(170.634)	-	-

Descrição	2023		2022	
	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos
Despesas com operações de seguros	(2.081)	(3.505)	-	-
Reversão / (constituição) de provisão para ações judiciais cíveis e outras operações de seguros	(4.867)	2.776	(10.770)	(17.968)
Despesas com pró-labore	(10.770)	(17.968)	-	-
Reversão / (constituição) da provisão para riscos de crédito	11.669	(11.316)	-	-
Despesas com administração de seguros e resseguros	(6.941)	(6.768)	(2.283)	(2.362)
Encargos Sociais INSS Corretor	(2.283)	(2.362)	(2.929)	(4.289)
Outras despesas e receitas operacionais	(2.929)	(4.289)	(18.202)	(43.432)
<b>Total</b>	<b>(18.202)</b>	<b>(43.432)</b>	-	-

Descrição	2023		2022	
	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos
Operações de seguros	35.320	42.872	-	-
Receita com resseguro	(5.700)	10.261	(29.620)	53.133
Indenizações e despesas com sinistros de resseguros	(27.538)	(17.644)	1.626	434
Varição das provisões técnicas de resseguros	(25.912)	(17.210)	-	-
<b>Total</b>	<b>(25.912)</b>	<b>(17.210)</b>	-	-

Descrição	2023		2022	
	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos
Despesa com resseguro	(630)	(458)	(630)	(458)
Contribuições	(630)	(458)	-	-
<b>Total</b>	<b>(630)</b>	<b>(458)</b>	-	-

Descrição	2023		2022	
	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos
Prêmios diretos - VGBL e VRGP	449.684	447.571	19.438	22.008
Planos de renda - aposentadoria - capitalização	262.856	256.159	731.978	725.738
Planos de contribuição variável	731.978	725.738	-	-
<b>Total</b>	<b>1.444.518</b>	<b>1.429.468</b>	-	-

Descrição	2023		2022	
	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos
Prêmios diretos - VGBL e VRGP	(443.255)	(441.692)	22.102	34.096
Planos de renda - aposentadoria - capitalização	(232.596)	(235.500)	(654.749)	(643.096)
Planos de contribuição variável	(654.749)	(643.096)	-	-
<b>Total</b>	<b>(1.130.600)</b>	<b>(1.120.288)</b>	-	-

Descrição	2023		2022	
	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos
Prêmios diretos - VGBL e VRGP	(443.255)	(441.692)	22.102	34.096
Planos de renda - aposentadoria - capitalização	(232.596)	(235.500)	(654.749)	(643.096)
Planos de contribuição variável	(654.749)	(643.096)	-	-
<b>Total</b>	<b>(1.130.600)</b>	<b>(1.120.288)</b>	-	-

20.7. Variações de outras provisões técnicas: Em 31/12/2023, o saldo da rubrica "Variações de outras provisões técnicas" no montante de R\$79.517 (R\$154.011 em 2022) refere-se, principalmente, ao Benefício Tradicional de Previdência e constituição de PCC (vide nota 3.9).

Descrição	2023		2022	
	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos
Pessoal próprio	(70.752)	(74.177)	-	(1.050)
Incentivo de ações	(23.148)	(26.006)	(24.516)	(16.032)
Serviço de terceiros	(24.516)	(16.032)	(4.620)	(5.671)
Localização e funcionamento	(1.852)	(2.120)	-	-
Publicidade e propaganda	(1.852)	(2.120)	-	-
Outras despesas administrativas	(124.888)	(125.056)	-	-
<b>Total</b>	<b>(245.606)</b>	<b>(243.985)</b>	-	-

Os benefícios aos funcionários, incluídos na rubrica "Pessoal próprio", estão representados de forma detalhada na tabela a seguir (não inclui honorários da diretoria):

Descrição	2023		2022	
	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos
Remunerações	(39.589)	(42.857)	(11.871)	(13.075)
Encargos sociais	(2.015)	(1.641)	(9.335)	(9.880)
Indenizações e rescisões	(9.335)	(9.880)	(5.286)	(5.131)
Vale alimentação, refeição e transporte	-	(109)	(555)	(734)
Seguro de vida, saúde e odontológico	(555)	(734)	-	-
Previdência privada	(68.651)	(73.227)	-	-
Outros benefícios	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>(124.888)</b>	<b>(125.056)</b>	-	-

Descrição	2023		2022	
	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos
Títulos e valores mobiliários	1.116.028	1.110.852	1.053.306	977.049
Valor justo por meio do resultado	46.542	90.606	16.180	43.197
Disponível para venda	20.668	(25.267)	(999.949)	(1.008.784)
Mantido até o vencimento	(999.949)	(1.008.784)	-	-
<b>Total</b>	<b>(826.173)</b>	<b>(823.093)</b>	-	-

Descrição	2023		2022	
	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos
Operações de seguros - outros	4.310	4.722	15.738	1.410
Operações de seguros - previdência e VGBL	15.738	1.410	-	-
Atualização monetária e juros de depósitos judiciais, da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	4.310	4.722	-	-
<b>Total</b>	<b>24.358</b>	<b>10.854</b>	-	-

Descrição	2023		2022	
	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos
Valorização de cotas de fundos de investimentos	1.674.946	1.893.338	13.067	-
Títulos de renda fixa - privados	123.997	184.399	4.627	(2.273)
Títulos de renda fixa - públicos	4.627	(2.273)	10.256	12.624
Operações de seguros	19.284	7.312	-	-
Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais	19.284	7.312	-	-
Outras	1.846.177	2.095.400	-	-
<b>Total</b>	<b>3.708.237</b>	<b>4.182.482</b>	-	-

Diretoria: Diretor Presidente: Marcelo Pimentel Mello. Diretor Vice-Presidente: Leonardo Fraga Pacheco. Diretores(as): Gláucia Maria Ribeiro de Carvalho; Gustavo Kohn Giometti; Jonas Berbert Pulcheri; Otávio de Garcia Lazcano; Rafael Pinto Fróes; Simone Cesena Duarte; Thiago de Carvalho Gomes; e Victor Bernardes. Contadora: Flávia Vieira Pereira - CRC-RJ 094933/O-3. Atuaría: Cecília Avila de Paschoa Figueiredo - MIBA/MTPS/2163.

Descrição	2023		2022	
	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos
Operações de seguros	(25.295)	(22.994)	-	-
Desvalorização de cotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados	(695.982)	(967.074)	-	-
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(5.946)	(7.902)	-	-
Atualização monetária e juros das provisões técnicas - operações de previdência e VGBL	(999.949)	(1.008.784)	(3.546)	(5.905)
Outras	(3.546)	(5.905)	-	-
<b>Total</b>	<b>(1.730.718)</b>	<b>(2.012.659)</b>	-	-

20.10. Demonstração dos cálculos de imposto de renda pessoa jurídica e Contribuição social sobre o lucro líquido: O IRPJ e a CSLL de 31/12/2023 e 2022, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2023		2022	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuições sociais e participações	109.282	109.282	39.411	39.411
Despesas/Receitas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(27.321)	(16.392)	(9.853)	(6.306)
Diferencial da alíquota da contribuição social	-	-	-	394
<b>Alíquota nominal</b>	<b>25%</b>	<b>15%</b>	<b>25%</b>	<b>16%</b>

Descrição	2023		2022	
	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos
Provisão para redução ao valor recuperável de créditos	-	(2.890)	(535)	(92)
Despesas indedutíveis	(1.121)	(672)	(239)	(140)
Provisões não dedutíveis	(239)	(140)	(126)	(120)
Outras adições	(1.895)	(904)	(3.372)	(1.994)
<b>Subtotal</b>	<b>(3.965)</b>	<b>(4.606)</b>	<b>(5.072)</b>	<b>(3.256)</b>

Descrição	2023		2022	
	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos
Reversão da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	22.682	11.515	1.944	1.166
Reversão da redução ao valor recuperável de créditos	2.647	1.588	-	-
Reversão de provisões não dedutíveis	-	-	394	236
Atualização de depósitos judiciais	1.210	726	2.066	1.240
Reversão da provisão sobre participações nos lucros	2.143	1.286	1.700	1.020
Apuração de indébito tributário	1.782	1.069	28	17
Benefício fiscal - Inovação tecnológica	3.495	2.429	182	121
<b>Subtotal</b>	<b>33.959</b>	<b>18.613</b>	<b>6.314</b>	<b>3.800</b>

Descrição	2023		2022	
	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos
Prejuízo fiscal e base negativa:				
Constituições	(1.607)	-	-	-
Compensações	-	270	2.150	1.268
Redução de incentivos fiscais	-	-	475	-
<b>Subtotal</b>	<b>(1.607)</b>	<b>270</b>	<b>2.625</b>	<b>1.268</b>

Descrição	2023		2022	
	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos	Prêmios ganhos
Receitas / (Despesas) com imposto de renda e contribuição social corrente	3.136	1.587	(4.286)	(2.838)
Diferidos:				
Constituição / (reversão) - crédito tributário prejuízo fiscal / base negativa	1.328	268	(45.894)	(31.339)
Constituição / (reversão) - crédito tributário sobre diferenças temporárias	(23.643)	(12.245)	1.012	669
Constituição de débitos tributários	(614)	(368)	(1.213)	(728)
<b>Subtotal</b>	<b>(22.929)</b>	<b>(12.345)</b>	<b>(46.095)</b>	<b>(3</b>

continuação

## Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. | CNPJ 01.704.513/0001-46

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da **Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. **Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas:** Conforme divulgado na nota explicativa nº 15, em 31 de dezembro de 2023, o saldo das provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros e planos de previdência firmados pela Companhia era de R\$11.391.580 mil. Além da relevância dos valores envolvidos, a estimativa do valor de determinadas provisões envolve julgamento profissional por parte da diretoria na definição da metodologia e premissas, tais como: expectativa de longevidade, taxa de cancelamento, comportamento do participante na entrada em aposentadoria, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxa de desconto, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas foi considerada o principal assunto de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros ocorridos mas não avisados, provisão matemática de benefícios concedidos e ao teste de adequação de passivos. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e de planos de previdência firmados pela Companhia; (ii) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (iii) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (iv) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; e (v) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de

acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor fixado pelo auditor, inferior ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2024.  
Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-015199/F  
Marcelo Felipe L. de Sá  
Sócio - Contador CRC RJ-094644/O



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/B2DA-04A6-0530-25CE> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: B2DA-04A6-0530-25CE



### Hash do Documento

8D6CC478D0CE6253FB05CC11F968C98636A20CF4A08B3B26519415D6F054603F

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/02/2024 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz - \*\*\*.729.427-\*\* em 28/02/2024 02:18  
UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -  
33.270.067/0001-03

